

Teixeira, José, "Modelos Semânticos e Variação Diatópica", in Bernardo, Maria Clara Rolão e Montenegro, Helena Mateus (Orgs), *I Encontro de Estudos Dialectológicos - Actas*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Ponta Delgada, 2006, pp- 363-380. (ISBN 972-9216-89-4)

Modelos Semânticos e Variação Diatópica

José Teixeira
ILCH - Universidade do Minho
jsteixeira@ilch.uminho.pt

Resumo

Tradicionalmente os dicionários têm por metodologia usar a classificação de "Provincianismo" ou "Regionalismo" em algumas unidades lexicais que consideram não fazerem parte da norma. Numa perspectiva cognitiva, procura-se aqui demonstrar que a variação lexical não pode ser tratada da mesma forma que a variação fonética e que havendo diatopicamente dois termos de larga aceitação, não há razões sócio-linguísticas para se ter que optar por um como "normal" e por outro como "provinciano" ou "regional".

Palavras-chave: *variação lexical; norma; dicionário; lexicografia.*

1. A variação em Semântica Lexical

Quando se fala de variação em Semântica Lexical, do que habitualmente se trata é de variação terminológica: há uma palavra tida como "oficial", da norma e que é realizada regionalmente de diversas formas. Exemplo típico: nomes do pirilampo em Portugal continental. E apresenta-se o mapa dividido em várias zonas que correspondem aos termos, entendidos como "populares" (*luzencu, lumencu, cagalume, ourencu, bicho d'el rei, ...*). Ou então oposições binárias como *ancinho/ingaço*.

Neste tipo metodológico, pressupõe-se que há uma forma-padrão, aceitável e admissível no "falar das pessoas cultas" que se opõe às formas populares dialectais. Pressupõe-se, naturalmente, que a forma tida como padrão possui o mesmo valor semântico/referencial das formas populares, sendo-lhes superior em estatuto sócio-linguístico.

Por estas razões as variantes regionais que não são vistas como pertencentes à variante padrão têm sido tidas e classificadas como "provincianismos", classificação que a tradição lexicográfica explicitava. Confirma-se nos nossos melhores lexicógrafos e respectivos dicionários, desde Moraes até a J. Pedro Machado, Augusto Moreno e Cândido de Figueiredo.

Actualmente, alguns dicionários substituíram a marca “provincianismo” por “regionalismo”. No entanto a conceptualização é sensivelmente a mesma: os “regionalismos” são formas de normas que não pertencem ao modelo padrão da língua. São vistos como palavras de menor qualidade e que por isso devem ser evitadas nos usos socialmente mais elevados. É tido como pacífico que a escola e os mecanismos de coacção social devem promover a substituição do “provincianismo/ regionalismo” pela palavra “correcta”. Os exemplos destes mecanismos são abundantes. Os manuais escolares, por exemplo, usam sempre o termo tido como “correcto” e muitas vezes desconhecido dos alunos e evitam os termos usados localmente.

É exemplo sintomático, a este respeito, a seguinte situação ocorrida numa escola do ensino básico, numa aldeia do Minho. Quando a professora pediu aos alunos para escreverem palavras relacionadas com as castanhas, todos os miúdos escreveram, entre outras, a palavra *caruma*, que é o nome que se dava localmente às folhas do pinheiro que, secas, servem para assar as castanhas do modo mais tradicional. Mas como a professora considerou esta uma palavra muito “regionalista” achou por bem mandar as crianças riscarem esta palavra e escrever outra “melhor”, muito mais “correcta”. É claro que para as crianças as castanhas se assavam com “caruma”: mas se a professora diz que é com “fagulhas” ou “agulhas”...

Pode argumentar-se que a função da escola não é apenas a de redundantemente ensinar o que a criança já sabe, mas que deve abrir-se à informação e ao desconhecido. Evidentemente! Só que --note-se-- não é isso que está em causa. A opção, em situações como esta, não é a de reconhecer como válida a palavra usada localmente e acrescentar outras, mas antes considerar que há uma palavra “certa”, “das pessoas cultas” que deve substituir a “errada” regionalista ou provinciana.

2. O léxico numa perspectiva cognitiva

As línguas são essencialmente o resultado de uma interacção cognitiva e vivencial entre um ser humano, o meio em que está inserido e a comunidade a que pertence. Significam, acima de tudo, o que experimentámos. Não é só a mente que aprende a língua; o corpo também está presente em todo o processo. Não é por acaso que o *sentido* está radicalmente ligado a *sentir*. A tradição dos estudos linguísticos, muito alicerçada no positivismo e no racionalismo anti-subjectivista, esqueceu-se bastante desde aspecto. Como cada vez mais mostram as ciências neuro-fisiológicas, corpo e mente são as duas

faces da mesma moeda. Por isso se pode dizer que, semanticamente, todo o sentido linguístico teve de ser sentido, cognitivamente experienciado, pelo homem. Por outras palavras, o signo (e o seu significado que a língua maneja) é apenas uma abstracção teórica do sentido que realmente as línguas comportam. E assim, porque é uma ficção abstracta, nenhum falante tem acesso ao significado, mas todos usam e experimentam o sentido.

A Linguística Cognitiva acentua a complementaridade entre a nossa realidade física e perceptiva, por um lado, e a configuração linguística, por outro. De certo modo, pode questionar-se o axioma da não arbitrariedade do signo, pelo menos relativamente aos mecanismos psico-fisiológicos que secanarizam o mundo na produção do significado linguístico. O significado está intrinsecamente dependente do modo como percebemos e interagimos com a realidade. Pode não a reflectir em espelho, mas pelo menos procura encarnar, modelizar, esquematizar o conhecimento e todo o universo de crenças que vamos construindo sobre a realidade que vivenciamos. E este processo não é feito através de mecanismos lógicos, abstractos, independentes da realidade, mas através de configurações o mais corporizadas e cognitivamente dependentes; sentidas, no fim de contas. Assim, se se encarar a língua como uma estrutura dependente da cognição humana, respectivas crenças e experiências físico-perceptivas, então os sentidos, mais do que os significados, não são totalmente arbitrários, mas profundamente dependentes da relação cognitiva existente entre o falante e o mundo (físico ou mentalmente construído) que a língua refere.¹

Lakoff designa esta síntese entre os mecanismos cognitivos e o processamento semântico das e nas línguas por *embodied meaning*: o significado é corporizado, percebido corporalmente, no sentido de "organizado através das nossas experiências corporais e sensitivas". Na mesma linha em que se inscreve António Damásio², implica mecanismos simultaneamente físicos e cognitivos:

They all added up to the idea that meaning was embodied, that you could not have disembodied meaning, disembodied reason. That entailed that you could not use the kind of mathematics that Chomsky had used in characterizing grammar in order to characterize semantics. The reason was, as we had first shown in generative semantics, that semantics had an effect on grammar, and we tried to use combinatorial mathematics to characterize logical form. We thought that the use of formal grammars plus model theory would enable us to do syntax and semantics and the model theoretic interpretation.

However, if meaning is embodied, and the mechanisms include not just arbitrary symbols that could be interpreted in terms of the world but things like basic level categories, mental images, image schemas, metaphors, and so on, then there simply would be no way to use this kind of mathematics to explain syntax and semantics. Our work in cognitive linguistics since the late

¹ Ver Teixeira, 2001, pp 80-130.

² Ver Damásio, 1995.

seventies has been an attempt to work out the details of these discoveries, and it changed our idea not only of what semantics is but of what syntax is. (Lakoff 1995:120-121)

O conceito de *embodied meaning* implica um tratamento da Semântica e do significado um pouco divergente do tratamento lógico-matemático que as semânticas de natureza formal privilegiaram. A separação entre o “sentir” corpóreo e o “saber” linguístico-mental insere-se em toda a tradição cartesiana, dita científica porque não subjectiva, na separação inquestionável entre o corpo (o sentir) e o espírito (o conhecer). Este “erro de Descartes”, nas palavras de António Damásio (1995), também na Semântica foi responsável pela tentativa de se conceber o significado e o conhecimento humano como duas realidades quase independentes de todo o ser físico e de toda a experiência sensitiva do homem que (se) constrói (n)uma determinada língua:

There have been two generations of cognitive science. In the first generation, it was assumed that mental representation was done in the way suggested by logicians: that there was either a logical form or an image representation made up of symbols and structures of symbols, and that these symbols represented things in the external world or categories in the external world. They were internal representations of some external reality. This was part of the "disembodied mind" view—the view that you could characterize a mind in purely abstract terms using abstract symbols and that this had nothing to do with the body, with perceptual mechanisms, and so on. (Lakoff 1995:122)

3. Implicações da perspectiva cognitiva para a variação lexical

Assim, se consideramos que o significado é corporizado e cognitivo, cada lexema corresponde a um modelo mental que traduz uma conceptualização do mundo. Cada lexia, cada unidade linguística corresponde a um modelo mental que retrata e inclui uma determinada perspectiva de representação do mundo.

Um mesmo termo, aparentemente idêntico para toda a comunidade linguística, pode “valer” não exactamente a mesma coisa para todos os falantes. Um conceito como “mar” pode não implicar sempre o mesmo conhecimento do mundo. Assim, para um habitante do interior do Continente implicará, talvez, “longinquidade”, “fuga ao quotidiano”, “férias”, mas para um habitante de uma ilha implicará mais naturalmente “proximidade”, “inserção”, “quotidiano”.

Se a divergência semântica pode acontecer com o mesmo termo, com palavras diferentes muitas mais possibilidades de divergência ocorrem: não são sempre apenas terminologias diferentes para a mesma realidade. Cada lexema deriva de, e implica, o

conhecimento do mundo do falante. Por isso mesmo, a diferenciação lexical entre duas regiões diferentes só excepcionalmente é que é apenas uma diferenciação terminológica, já que o mais natural é que corresponda a dois modelos mentais (muito ou pouco) diferentes que modelizam realidades diferentes. Será apenas terminológica a diferença entre “caleiro/a” e “algeroz”, “pelar” e “queimar” ou entre “testo” e “tampa”?

Difícilmente se pode ver a variação lexical apenas como variação terminológica. O lexema da norma pode não ser equivalente ao “regionalismo” / “provincianismo” porque pode não abarcar a mesma realidade cognitiva ou o mesmo conhecimento do mundo. E nesse caso, haverá alguma razão sociológica (já que linguística não pode haver) para o varrimento dos termos desconhecidos da considerada norma-padrão?

4. As regiões donas da língua ou o “português do Entroncamento”

Mas partamos do pressuposto, tido muitas vezes como axiomático, de que cada variante (ou cada regionalismo ou provincianismo, como se queira chamar) é mesmo somente um “termo da região” para “a mesma coisa” que a língua padrão designa de outra forma. A tradicional visão da língua como um sistema uno, socialmente comum a toda uma comunidade, leva inevitavelmente a conceber as variantes como desvio, portanto como qualquer coisa de “anormal” que deve ser evitada.³

Ainda actualmente, muitas pessoas das designadas classes cultas (incluindo “professores de língua”) compartilham a ideia de que há uma língua normal, sendo todas as formas que não pertencem ao registo considerado padrão desvios patológicos, deturpações de uma língua clássica, pura e muito melhor do que a usada na contemporaneidade.

E como é que se sabe qual a forma que é desvio? Naturalmente que não são argumentos estatísticos como o de que a forma da norma é a mais usada. Como é que poderia ser viável fazer estatísticas deste género? A forma que irá ser sempre considerada padrão é a da região onde residem os poderes, social e cultural. E hoje é a televisão que, pela atractividade e prestígio que detém, decide e semeia as novas formas da norma a imitar.

É curiosa, a este respeito, a mudança do centro decisor da normatividade que vem ocorrendo em Portugal nos últimos anos. Tradicionalmente certa gramática normativa dizia que o “português correcto” era o falado “entre Coimbra e Lisboa” como se nesta área geográfica e social também não houvesse variação diatópica e toda a gente falasse igual.

³ Ver, a propósito da relação entre os conceitos de “norma” e “erro”, Teixeira 1996 e Teixeira 2003.

Esta ideia do “português do Entroncamento” (dado que é o centro geográfico da tal região que fica entre Coimbra e Lisboa) satisfazia os dois pólos clássicos do poder em Portugal: o político (Lisboa) e o cultural (a Universidade de Coimbra). Nas últimas décadas, porém, a televisão transforma-se no meio de comunicação de maior prestígio popular e faz pender as modas para a zona onde se encontra. Daí que para espanto e admiração de alguns “falantes cultos” de Coimbra, o “português de Coimbra” já seja visto também como regional ou não normativo.

É sintomático e ilustrativo, relativamente a este ponto, um artigo de Vital Moreira, intitulado “Crónica do falar lisboetês”. Professor da Universidade de Coimbra, Vital Moreira relata o seu espanto por os falantes de Lisboa não identificarem o seu português como *O português padrão*:

De súbito, o homem do quiosque de Lisboa a quem eu pedira os meus jornais habituais interpelou-me:

- O senhor é do Norte, não é?

Respondi-lhe que não, que nasci na Bairrada e que resido há quase 40 anos em Coimbra. Fitou-me perplexo [...]. Foi a minha vez de indagar porque é que me considerava oriundo do Norte. Respondeu de pronto que era pela forma como eu falava, querendo com isso significar obviamente que eu não falava a língua tal como se fala na capital, que para ele, presumivelmente, não poderia deixar de ser a forma autorizada de falar português. (Moreira, 2000:7)

Poderá parecer à primeira vista que o que está aqui subjacente é a meritória ideia de uma certa tolerância linguística contra a dominância de um etnocentrismo linguístico ultrapassado. Mas não é. O articulista partilha a ideia de que só pode haver uma forma de expressão correcta, e todas as outras que não sejam a que ele pressupõe como pura são “patológicas”!:

Foi a primeira vez que tal me aconteceu. Julgava eu que falava um português padrão, normalmente identificado com a forma como se fala “grosso modo” entre Coimbra e Lisboa [...]. Afinal via-me agora reduzido à patológica condição de falante de um dialecto do Norte, um desvio algo assim como a fala madeirense ou a açoriana. (Moreira, 2000:7)

5. Variação lexical e metodologias lexicográficas

Como ninguém negará, não se pode questionar a utilidade sócio-linguística de um modelo normativo que a escola deve defender e divulgar. Ele tem sempre a enorme vantagem de transmitir a ideia de unidade, de que toda a comunidade fala a mesma língua.

Esta norma, no entanto, tem que ser linguisticamente entendida como um modelo de referência, como uma mera abstracção coordenadora e aglutinadora, mais teórica e virtual que real. Não pode ser entendida, a norma, como a forma linguística que usa o Sr. A ou o Sr. B, ou então como a forma e as palavras que uns senhores que vivem numa determinada região usam, cujo único argumento para serem preferíveis é o facto de serem de lá.

Por exemplo, representando a figura 1 uma determinada língua (língua X), no caso de haver dois termos variantes (A/B), ambos com distribuições muito significativas, faz sentido perguntar se é “A” ou “B” o termo da norma padrão? Não será mais óbvio aceitar que a língua X possui duas unidades linguísticas de sentido equivalente ou igual, tendo cada uma distribuição diatópica complementar? Não se vê por que é que se uma unidade lexical cobre uma zona (vasta), embora não sendo a da zona detentora do poder, não pode ter direito a ser considerada normal, da norma, e não um “provincianismo patológico” a evitar (pela escola, por exemplo).

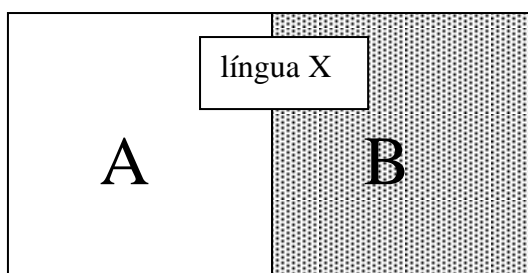


Figura 1

É evidente que a descrição linguística não pode cobrir todas as infinitas variações lexicais e semânticas que coexistem num espaço linguístico. No entanto, há determinadas variações lexicais que não podem ser ignoradas ou transformadas em anátemas, já que possuem uma presença sócio-linguística altamente significativa.

O que tem feito a lexicografia tradicional?

Norma e língua-padrão têm sido entendidas como implicando unicidade. Assim, nesta perspectiva, facilmente se cai na metodologia de que se há duas unidades lexicais variantes, só uma é que vai poder ser a normal e a outra terá que ser um regionalismo ou provincianismo.

Os dicionários, ao seguirem este critério, oficializam assim uma das formas e levam a que a outra seja expulsa para um gueto que a escola tem feito os possíveis para não ser visitado (por isso é que impõe muitas vezes formas estranhas e força a abandonar as formas usadas localmente).

6. Picheleiros e bolinhos de bacalhau

Veja-se a prática lexicográfica.

Em primeiro lugar, o que é um “provincianismo”?

Naturalmente, uma forma linguística usada na “província”.

E o que é “a província”?

O dicionário da Academia explica, na acepção 4., o sentido em que o termo deve ser entendido: “Qualquer região do país excluindo a capital e respectivos subúrbios” (Academia, 2001: “província”). Ou seja, todas as palavras que não sejam da capital e respectivos subúrbios, são provincianismos. E na metodologia lexicográfica, é este o critério que realmente é aplicado. Não apenas nos dicionários clássicos, mas mesmo nos mais modernos e completos.

Apenas um ou outro exemplo para ilustrar o que vem sendo dito.

Em defesa dos lexicógrafos, diga-se que apontar “defeitos” e falhas aos dicionários, quaisquer que eles sejam, é muitas vezes revelador do primarismo e da ignorância de quem critica, sobretudo quando se coloca na perspectiva de que um dicionário deve ter “tudo o que existe na língua”.

O Dicionário da Academia das Ciências de Lisboa pode e deve ser considerado (pelo menos actualmente) a grande obra de referência da lexicografia do português europeu, até pela abertura que manifesta, porque inclui neologismos e estrangeirismos a que nenhum antes dele se atreveu e por considerar a língua na sua dinâmica actual, língua viva, e não apenas a fossilização dos “clássicos” e dos chamados “bons usos”.

No entanto, mesmo nele, a mentalidade normativante/centralizadora ainda é maior do que o que seria desejável.

Comecemos pelos “picheleiros”:

picheleiro [pi/ʃilɛjru]. *s. m.* (De *pichel* + suf. *-eiro*). **1.** Pessoa que faz pichéis, vasilhas com que se tira o vinho das pipas. **2.** Pessoa que faz ou vende objectos de estanho ou de folha-de-flandres. **3. Region.** Pessoa que tem por profissão trabalhar em canalizações de água, gás ou que executa trabalhos similares. ≈ CANALIZADOR, SOLDADOR. *Chamou o picheleiro porque rompeu um cano em casa.*

Fig. 2 (dicionário da Academia)

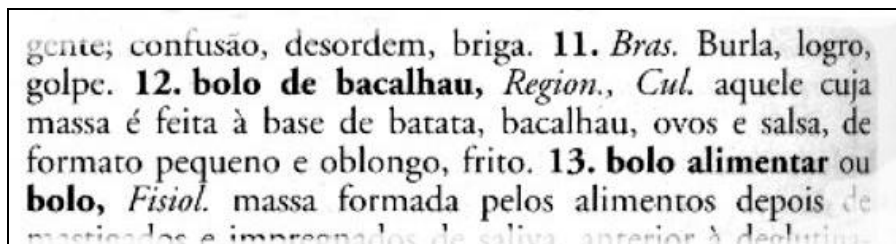
Esta entrada é sintomática, porque reflecte as concepções do normativismo centralizador de que se vinha falando.

Em primeiro lugar, porque revela uma certa negligência pelos usos linguísticos que não sejam “os da capital e respectivos subúrbios”. Na verdade, quem usa a palavra “picheleiro” não a usa no sentido das duas primeiras acepções: hoje em dia já não se fazem pichéis e consequentemente não é com eles que se tira o vinho das pipas. Curiosamente, estas duas primeiras acepções (actualmente sem correspondência com a realidade) não aparecem classificadas como “regionalismos”, surgindo este classificativo apenas em 3., curiosamente a única que mantém validade semântica sincrónica.

Por outro lado, o próprio exemplo que abona a acepção 3. é artificialmente (mal) construído para a ilustrar. Na zona de “picheleiro”, não se usa o verbo “romper” transitivamente com o significado do “partir, quebrar, avariar”: em “X rompeu Y”, *romper* significa “desgastar pelo uso”.

Como se considera que “picheleiro” é uma palavra não-normal (não pertence à norma) apresenta-se as suas equivalências tidas por normais (CANALIZADOR, SOLDADOR).⁴ Como é de esperar dentro da lógica(?) desta perspectiva, na entrada “canalizador” não aparece a indicação de que existe um termo equivalente (“picheleiro”), porque não se considera que exista equivalência normativa: a palavra “má” (*picheleiro*) tem a indicação da “boa” que a deve substituir, mas o inverso não deve acontecer.

Apenas um outro exemplo: a variação ente “bolinhos de bacalhau” e “pastéis de bacalhau”. Não seria muito mais aceitável que se considerasse que existem na língua estas duas expressões com cobertura diatópica diferente para designar uma mesma realidade? Por que é que uma delas (a da “capital e respectivos subúrbios”) é “normal” e a outra “regional”? Note-se que na origem, nasceram como “bolinhos de bacalhau” e é ainda esta a expressão usada no Brasil.⁵ Aliás a realidade dos “bolinhos de bacalhau” não deve ser lá muito bem conhecida na capital de Portugal e respectivos subúrbios, porque se confunde “bolinhos de bacalhau” com “bolo de bacalhau”:



gente; confusão, desordem, briga. 11. *Bras.* Burla, logro, golpe. 12. **bolo de bacalhau**, *Region., Cul.* aquele cuja massa é feita à base de batata, bacalhau, ovos e salsa, de formato pequeno e oblongo, frito. 13. **bolo alimentar** ou **bolo**, *Fisiol.* massa formada pelos alimentos depois de mastigados e impregnados de saliva, anterior à deglutição.

Fig. 3 (dicionário da Academia: entrada “bolo”)

⁴ O termo “soldador” não é hoje nem equivalente a “picheleiro” nem a “canalizador”.

⁵ O Dicionário Aurélio (*Novo Dicionário da Língua Portuguesa* de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, 2ª Ed., Editora Nova Fronteira) não possui “pastel de bacalhau”, mas tem uma entrada independente para “bolinho”, ilustrada em primeiro lugar com “bolinho de bacalhau”.

Há critérios e análises estatísticas que justifiquem que uma qualquer forma tem predominância sobre uma outra? Não é este, nem nunca foi, o critério: que estatísticas para abonarem a percentagem? Há mais “canalizadores” do que “picheiros”? E se houver mais “picheiros”? Deverá ser este o termo “normal” e “canalizador” o “regional”? Comem-se mais “bolos de bacalhau” ou mais “bolinhos de bacalhau”?

O ridículo destas questões (a serem levadas a sério) deveria mostrar a evidência da validade de uma metodologia que tivesse a realidade de uso como critério para o lexicógrafo aceitar o que é normal na língua. Se há muita gente que usa, então é normal, aceitando-se que haja outros termos normais, noutras regiões, para a mesma referência.

Ilustre-se com “picheiro”: em português europeu há milhões de pessoas que usam a palavra. Se a Internet serve de alguma coisa para referir a actualidade de uso, encontram-se lá inúmeras empresas registadas com o nome “Pichelaria” e oferecendo serviços de “pichelaria”, diferentes de “canalização”.⁶

Nas *Páginas Amarelas*, encontram-se centenas de empresas de pichelaria que fornecem picheiros para qualquer região em que sejam precisos (um dos serviços registados nas mesmas *Páginas Amarelas* é precisamente o de “Picheiros” (*sic*)).

7. Implicações sócio-linguísticas

A noção e os mecanismos da norma têm uma importante função sócio-linguística. Não vale a pena dizer que cientificamente todos os regionalismos e normas, mesmo as das variantes, têm a mesma dignidade linguística porque o estigma social do a-normal se encarrega de expulsar dos usos e da língua, mais cedo ou mais tarde, aquilo que é conotado com variedades menos prestigiadas.

Não se pode negar a importância do reconhecimento de uma norma, tida como um modelo de referência e de unificação para toda uma mesma comunidade. É essa idealização normalizada, entendida como a mesma para todos os falantes, que dá à língua o seu carácter de unidade e de estrutura possibilitadora da intercomunicação através de um código sentido como comum.

No entanto, no nível léxico-semântico, a “norma” não pode ser entendida como no nível fonético ou sintáctico. Os dicionários não podem vetar o uso de termos perfeitamente normais e usuais numa região: se o termo A se usa na região 1 e B na região 2 (e as duas são regiões significativas de uma comunidade linguística) ou A e B terão que ser

⁶ O meu corrector ortográfico está a dizer-me (a vermelho) que não conhece a palavra “pichelaria”, e que só conhece “canalização”. Vou mandá-lo à Internet actualizar-se...

considerados dois regionalismos, ou (melhor) deverão ser tidos como duas formas equivalentes, mas “normais”.

O ferrete de “provincianismo” ou “regionalismo” tem profundas consequências valorativas, já que, a prazo (curto), leva ao abandono das formas consideradas “provincianas” (“patológicas”).

Uma lexicografia não-preconceituosa não pode aceitar que só são bons os termos da “zona das pessoas cultas”. É muito mais útil, nos termos ou acepções de uso mais restrito, que a indicação *Regionalismo* seja substituído, nos dicionários, pela indicação da zona onde se usam (Norte /Sul /Minho /Vale do Tejo, Açores...).

Até porque numa perspectiva Cognitiva, raramente a forma “normal” é um equivalente perfeito do dito “regionalismo”. Cada unidade diferente envolve conceptualizações diferentes do conhecimento do mundo. Não é justo não se poderem (na escola, socialmente) usar as palavras da zona em que se nasceu e em que se vive: a ignorância das “pessoas cultas” sobre essas palavras não pode ser o argumento decisor.

8. “A língua que eu quero”

O excelente *Dicionário da Academia*, pretendendo, com certeza, indicar os seus objectivos mais profundos e a ambição necessariamente utópica que persegue –meter o infinito da língua na finitude das páginas que o compõem– apresenta na abertura um magnífico texto de Mia Couto:

A língua que eu quero é essa que perde função e se torna carícia. O que me apronta é o gosto da palavra, o mesmo que a asa sente aquando o voo. Meu desejo é desalisar a linguagem, colocando nela as quantas dimensões da Vida E quantas são? Se a vida tem é idimensões. (Mia Couto, *in Dicionário da Academia*:VII)

Se a língua tem inúmeras dimensões, não nos podem obrigar a desprezar as palavras que retratam essa idimensionalidade. Por isso, eu também quero uma língua onde uma norma centralista não proíba, directa ou indirectamente, as palavras que a comunidade em que vivo usou e usa; onde os dicionários não me chamem provinciano só porque quero usar as palavras que como eu uma parte muito significativa dos falantes da língua usa; uma língua que não queira deitar fora as palavras das coisas que inventámos, só porque essas palavras e coisas, como eu, nasceram fora da “zona das pessoas cultas”; uma língua que

não me obrigue a trocar os “bolinhos de bacalhau” por um “bolo de bacalhau”, seja lá isso o que for...

Referências

- Academia das Ciências de Lisboa, 2001, *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Verbo, Lisboa.
- Damásio, António R., 1995, *O Erro de Descartes*, Europa-América.
- Lakoff, George, 1995, "Embodied Minds and Meanings", in BAUMGARTNER, Peter e PAYR, Sabine (Edit.), *Speaking Minds — Interviews with Twenty Eminent Cognitive Scientists*, Princeton University Press.
- Moreira, Vital, 2000, “Crónica do falar lisboetês”, *Jornal Público*, 4/01/2000, p.7.
- Teixeira, José, 1996, “Errare humanum est” (Sincronia, diacronia e erro) in *Diacrítica* Nº 11, Universidade do Minho, Braga. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/4496>
- Teixeira, José, 2001, *A Verbalização do Espaço: modelos mentais de frente/trás*, Universidade do Minho/Centro de Estudos Humanísticos, Braga. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/4517>
- Teixeira, José, 2003, ”Norma Linguística e Erro – Uma abordagem cognitiva”, in *Revista Portuguesa de Humanidades*, Vol. 7, 2003, Braga. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/5363>